

Autonomia em tempos de guerra

Enéas de Souza

Economista da FEE.

Resumo

Este artigo tenta compreender os primeiros meses do Governo Lula dentro do momento atual da liderança norte-americana no mundo. E o projeto de autonomia brasileira, tanto da política externa como do desenvolvimento econômico e social, encontra a sua verdade na relação com a dominância do capital financeiro, o que permite apreender as suas possibilidades e a amplitude de suas tarefas.

Palavras-chave

Soberania norte-americana; autonomia brasileira; novo Governo do Brasil.

Abstract

This paper attempts to understand the beginning of Lula's Administration, within the present moment of American leadership in the world. Brazilian autonomy project (foreign policy as well as economic and social development) finds its truth in the relationship with the financial capital dominance, which allows to perceive its possibilities and the extent of its tasks.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 15.09.03.**

O fim do êxtase dos negócios da Bolsa dos anos 90 e o fogo dos canhões no deserto do Iraque em 2003, essa combinação entre finanças e guerra, como uma festa macabra e diabólica, marcam o fim e a transição para uma nova fase do capitalismo financeiro, que podemos, ao analisarmos a política e a economia, chamar de **neoliberalismo da força** ou **neoliberalismo militar**. Estamos entrando num novo período da sociedade ocidental, um vento ainda não definido,

mas certamente sombrio, envolto em dúvidas e penumbra. Na verdade, a etapa já começa a estar vigorosamente presente. E o resultado é o aparecimento de diversos aspectos naquilo que alguns chamam de globalização de corte norte-americano. Enquanto isso, gesta-se, nas entranhas do vasto mundo, um movimento adverso, inusitado, peculiar, atípico, denominado de “altermondialização”, cuja amplitude e cujos efeitos ninguém ainda é capaz de dizê-lo. É um movimento mais ideológico que político, mais político que econômico, e que, em princípio, não disputa o poder do Estado, disputa o poder das idéias. Este momento do processo, globalização e “altermondialização”, visto como um todo, é a transformação de uma etapa da forma financeira do capital, o prosseguimento das relações sociais e políticas e econômicas liberais sob outra faceta. Vivemos a passagem de um ponto para outro na topologia do capitalismo. E é dentro dessa etapa que emerge o Governo Lula.

Explicitamos nosso propósito: o objetivo técnico deste texto é pensar o Brasil na sua dupla determinação, interna e externa. E vamos começar pela última, que formularemos sinteticamente, deixando para a problemática brasileira um maior espaço.

1 - *Se vis pacem para bellum* ou o prazer do Império

O novo é, certamente, a reorganização da política e da estratégia norte-americana para o presente. Ela está fundamentada na introdução e no domínio da ação militar, que visa ao estabelecimento de uma soberania absoluta, um império incontestável, uma clara e distinta hegemonia dos Estados Unidos. Passamos, no largo vôo da águia, por uma metamorfose, pois saímos de um multilateralismo consentido da era Clinton para um unilateralismo sem igual do Governo Bush. Temos, nessa viagem do pássaro, a dominância estrutural do militar que dá gênese a uma política forte, por que não dizer, chegando à autoritária. Trata-se da *pax americana*, que, imperial, exprime uma vontade inoxidável e suprema de definir uma nova ordem política no Planeta. Naturalmente, temos um duplo movimento. De um lado, a queda da bipolaridade, Estados Unidos e Rússia, em função da derrota do comunismo, da autoderrota, diga-se, enfaticamente, que deu origem à insuperável leveza do multilateralismo do Governo Clinton. De outro lado, este último aspecto permite o surgimento de um segundo passo, que é a busca de um império absoluto, onde se constroem inimigos como o “eixo do mal” no curto prazo e, no médio, a fatal ameaça da China.

Mas a proposição do império, que começa e se inaugura com o Iraque, em germe já na guerra contra o Afeganistão, é uma tentativa que sustenta outra, ainda que precária e simbolicamente provisória, de reformulação da crise da economia norte-americana, embaraçada entre a longa queda da Bolsa de Valores, a derrapagem de uma forma do capital financeiro — a governança corporativa com seus escândalos — e o estacionamento do investimento produtivo consequente da superacumulação de capital. Pois o que a Guerra do Iraque trouxe foi a introdução de um novo núcleo dinâmico de expansão, ou seja, a combinação da Indústria Bélica, da Indústria do Petróleo e da Indústria da Construção Civil Não Residencial, substituindo e dando continuidade ao antigo núcleo Finanças, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e Mídia. Embora o fôlego do primeiro seja curto, pois ele depende de um conjunto de guerras que ainda não estão em andamento, salvo justamente as do Afeganistão e do Iraque, temos uma nova articulação do capital, que, expressando conflitos entre os grupos dominantes, gera uma tentativa de um novo caminho.

O capitalismo financeiro opera, então, na busca, paralela e dialeticamente com a dimensão política, de uma nova ordem econômica internacional. A guerra também é uma proposta para relançar algum movimento que vise à ascendência cíclica da economia norte-americana, mas que se completa com uma série de acontecimentos e de exigências, onde estão visíveis o surgimento do euro, a necessidade de reformulação da política econômica da União Européia, a tentativa de recuperação econômica do Japão, o estabelecimento da ALCA, etc. Isso quer dizer que o ponto-chave de todos esses aspectos é colocar como pólo indispensável e agudo da economia a retomada do investimento dos Estados Unidos, que, se de fato, por magia ou por realidade, acontecesse, a sinergia com as outras economias do mundo se faria com relativa facilidade, dando advéncias possibilidades de a economia internacional crescer.¹

Olhemos as coisas por outro lado. O grupo social dominante nos Estados Unidos é formado por acionistas e investidores que constituem as finanças e que usufruem rendimentos do múltiplo jogo financeiro e que se expressam, não diretamente, por meio de partidos nacionais que, por sua vez, ativam políticas de cunho neoliberal. A grande transformação desse momento ocorre no palco do teatro político, quando um grupo militarista, jogando com razões políticas e estratégicas, recompõe o neoliberalismo. Seu objetivo, explícito e implícito, visa definir tanto uma ordem política quanto uma ordem econômica. Promulga e tece, dessa forma, uma nova ideologia — para a qual contribui notavelmente a mídia — que chamaremos de neoliberalismo da força. A guerra, por motivos

¹ Para maiores detalhamentos dos assuntos abordados, ver Souza (2003).

militares e políticos, vira um suporte fundamental, ao menos na transição, na construção e no exercício inaugural da nova fase do capitalismo financeiro. E vejamos o incrível dessa exótica flor: a base de sustentação sendo as finanças, a preocupação com o produtivo é menor. O grupo mais poderoso do capital busca renda vinda de investimento financeiro e não necessariamente renda vinda da produção. Ou seja, ele não é contra a produção, porém o mais ambicionado está na figura dos rendimentos financeiros (Duménil; Lévy, 2003). Com o liberalismo da força, o que essa economia pretende é recuperar a dinâmica econômica produtiva, sobretudo pela queima de capital e pela ascensão da taxa de lucro. O que poderá, pensam assim seus entendidos, retomar, pela recuperação das ações, a dança livre dos preços dos títulos nas Bolsas de Valores, somando, assim, guerra, política e economia e sonho do unilateralismo — a combinação da soberania absoluta com a retomada arborescente das finanças privadas.

Em resumo, é diante desse neoliberalismo da força que o Brasil tem e terá que se posicionar, tanto no campo político como no plano econômico.

2 - A estratégia da autonomia

2.1 - O fracasso da estratégia subordinada

A grande realidade da eleição brasileira de 2002 foi, sem dúvida, a consciência que a elite econômica teve de sua profunda e equivocada estratégia dos anos 90. A partir do final do Governo Sarney, os donos do capital passaram a desenvolver uma idéia que lhes era cara, a da sua sempre desejada articulação com o capital estrangeiro, o seu sonho de progresso e renda. Assim como a inflação é uma memória, as soluções dos problemas econômicos também o são. Nos anos 50, houve um enlace duradouro e especial entre o nosso capital e o forâneo, uma amizade frutífera para os dois lados. A razão ativa desse pacto se expressou brilhantemente no governo de Juscelino Kubitschek, onde foram implantadas as bases do desenvolvimentismo brasileiro mais moderno. Porém a colheita do que foi plantado se deu plenamente nos governos militares, quando o Brasil, com notável desempenho, alcançou o estatuto de oitava potência do mundo. Ou seja, foi uma aliança que se tornou um pacto e que deu certo. Desenvolvimento, expansão do capital, lucros — e posição invejável no mundo. Apenas o que empanava ligeiramente a música de tal acontecimento eram a má distribuição da renda e uma cortina de miséria em torno do palco da exuberância produtiva.

Essa memória, a do sucesso econômico, vivia, e ainda vive, fortemente nas classes produtivas e financeiras do País. No final dos anos 80, quando trilháva-

mos a “década perdida”, circulou entre o empresariado a gloriosa idéia de renovar o pacto com o Exterior, jamais pensando que se estava assumindo o papel de Fausto e, como tal, contratando um pacto com o diabo. Em função da dívida externa de então, em função da longa ausência de aportes de capitais estrangeiros, em função dos atrasos tecnológicos gritantes — inclusive oriundos de um protecionismo arcaico e incompetente — e, igualmente, em função de uma desejada nova modernidade, o Brasil fez o seu pacto goethiano, ou seja, vendeu sua alma ao diabo. O problema é que, ao fazer esse pacto, o empresariado e os políticos brasileiros (Collor e Fernando Henrique; Itamar, com uma ótica mais nacionalista) deixaram de ver o que estava acontecendo, a extraordinária mudança no capitalismo mundial, a fase da globalização norte-americana, tanto econômica quanto política. O jardim agora não plantava mais rosas, havia outras plantas, algumas mais venenosas, outras tóxicas. Falando sem metáforas, o capitalismo tinha mudado, e a forma do capital financeiro punha em primeiro lugar não mais o lado produtivo da economia, mas, sim, a máquina financeira, a busca infatigável de rendas. E o Brasil, na sua ânsia de sair da década com resultados, ofereceu o seu tesouro, ampliou a abertura comercial, provocou a abertura financeira e privatizou o capital estatal. E isso sem considerar, o que não estava tão claro naquele momento, que, na política internacional, o multilateralismo consentido já escondia, estruturalmente, um unilateralismo da força. O que aumentava a solução geopolítica brasileira, a do alinhamento automático.

Uma enorme venda cobriu os olhos da nossa política e da nossa economia, e o gesto do príncipe da sociologia, Fernando Henrique, querendo ser presidente, senão maior, pelo menos no mesmo nível de Vargas e de JK, expressou a vontade das elites dominantes, abrindo a Nação para o capital internacional, como se elas, ao igual como ele pensava, fossem dar um salto fantástico no êxito. É preciso destacar e reforçar: FHC não decidiu sozinho; as elites assim o desejavam. E tudo parecia ir ao encontro e na direção da felicidade de todas as empresas e do Presidente. O totalitarismo soviético tinha caído, e o capital do mundo inteiro, incluindo o nosso, assumiu a posição de liderança e sabedoria. Qual foi a opção dos brasileiros? A pílula ideológica dizia: o capitalismo é um sistema de livre concorrência; e o neoliberalismo, a proposta econômica adequada para a nova fase da sociedade planetária; portanto, o que é bom para o Primeiro Mundo, é bom para o Brasil. Nunca esquecendo a regra de ouro: deixar o liberalismo penetrar em todas as partes do País. Com isso, ampliou-se a nossa liberdade do comércio externo, abriu-se afanosamente o circuito financeiro. E mais, em nome desse neoliberalismo encantado e maravilhoso, começou-se a fazer a metamorfose do Estado, a começar pelo encurtamento da política econômica. Dito de outra forma, só as políticas monetária, financeira, cambial e fiscal tinham direito de cidadania. Nada de políticas industrial, agrícola, de emprego, de rendas, nada de política tecnológica.

Houve um cuidado especial e praticamente único com o curto prazo. O pensamento fundamental era que as empresas atentavam, e bem, para a política do longo curso, ou seja, produção, tecnologia e emprego. O mercado, nas suas opções, culminaria por fazer, então, a política dos diversos setores. Abdicou-se integralmente, com essas idéias, daquilo que tinha sido a arma básica da economia brasileira, o Estado, inclusive como praticante do investimento autônomo. Mergulhamos, assim, no neoliberalismo mais fundo, abandonando e perdendo, sem pensar, o investimento estatal. As empresas produtivas do Estado poderiam ser vendidas, e o foram, para empresas que, por hipótese, trariam capital, inovações tecnológicas e eficiência, mas com contratos monopólicos, onde havia, obra de gênio, a indexação tarifária (e se embutiu aí uma das futuras causas da inflação de custo, nós que, supostamente, estávamos nos encaminhando para a competitividade empresarial e para a estabilidade de preços). Chegamos à era dourada da privatização e à desfiguração proposta para o Estado. O capital impôs sua face, e os trabalhadores, em função do refluxo socialista no mundo, não conseguiram anular essa opção estratégica. Não se pode ocultar, também, que o desejo de aumentar a capitalização das áreas públicas chegou à saúde, à previdência e à educação, onde os primeiros passos foram dados com uma força e um sopro animados pelo próprio Estado. O Estado neoliberalizado. E que passou a ter um desempenho que o tornou um Estado financeiro.²

Foi essa estratégia que, macroeconomicamente, se revelou inviável, se o critério para avaliação e ajuizamento for o desenvolvimento econômico e social. Basta olhar o PIB e ter acompanhado a montanha russa da política econômica do Governo FHC. Verificou-se o que Gerard Duménil e Dominique Lévy chamam de uma “crise neoliberal crônica”. Lembremos do crescimento anual sempre crítico, a tal ponto que qualquer movimento cíclico ascensional tinha que ser abortado com o freio de uma política monetário-financeira contracionista. Enquanto os Estados Unidos tiveram uma fase cíclica ascendente de oito anos, o Brasil teve dois miniciclos nesse período. Eles foram acompanhados de duas espetaculares crises cambiais, a de 1999 e a de 2002. Para não citarmos o desemprego crítico, apesar de uma boa distribuição da renda por ocasião da implementação do real. Ou seja, a tão acalentada estratégia de liberdade dos capitais, ponto de partida para um crescimento sustentável, assumida por um chamado país emergente, é um jogo fora do seu alcance. No nosso caso, uma meta além das aspirações do Brasil. O resultado em termos de produto, de renda, de capacidade de efetuar investimentos, de poder de influência e regulação

² Ver Souza (1999, 2000).

do Estado na economia, de distribuição efetiva e persistente da renda, do desenvolvimento de tecnologias, de expansão de capitais brasileiros, de alianças e de associações empresariais, etc. foi adverso e completamente longe do projeto do empresariado brasileiro. Salvo, talvez, para a área do setor bancário nacional — que limpou suas excrescências, fortaleceu seu domínio de mercado diante dos estrangeiros e ampliou a sua renda como nenhum outro setor. A evidência do equívoco dessa estratégia foi sempre decorada e ornamentada pelo notável fracasso da Argentina, a que adotou a âncora cambial inflexível — a paridade chamada de “*uno por uno*” — e que seguia, como um exemplo para todos, o modelo neoliberal da moda. Em 2002, o fracasso do país vizinho esteve sempre no horizonte brasileiro, como um futuro que nos parecia uma possibilidade imediata. A canoa do neoliberalismo era uma canoa furada. O Brasil levou uma década para descobrir o que qualquer teoria heterodoxa logo assinalava, baseado na fé do pacto mefistofélico.

Ou seja, a aliança de banqueiros, empresários industriais e agrícolas que patrocinaram o governo de FHC, buscando fortemente o neoliberalismo dos anos 90, acabou por se dar conta de que os métodos para manter o Brasil inserido na economia mundializada, como a estabilidade de preços, o controle fiscal, o real valorizado e depois tombado, as dívidas interna e externa, a necessidade de viver controlando o balanço de pagamentos, etc., levaram o País a uma prisão terrível. Prisão marcada pela ausência de crescimento sustentado, pela crise financeira constante, por estagnação e retrocesso na questão do emprego, pelo desenvolvimento da miséria em escala elevada, pela progressiva desordem social, onde se destacaram, negativamente, o narcotráfico e a violência urbana intensa. Todo o movimento econômico e social tocou fundo nos nossos capitais, pois inúmeros cederam os seus controles para corporações internacionais. O resultado, ao longo do tempo, foi, sem dúvida, um estado quase recorrente de espera e de crise, como foi o segundo período do governo de Fernando Henrique. A política da estabilidade de preços, que, teoricamente, objetivava a criação de condições para o que se chamava de crescimento sustentado, deu igualmente, como consequência, um empobrecimento político e econômico do Estado, que passou a ser, como já dissemos, um ente predominante financeiro.

No dorso das transformações na esfera produtiva, emergiram uma desnacionalização crescente, uma ameaça iminente de desindustrialização, um desamparo contundente na questão tecnológica e uma privatização, cheia de altos e baixos, que elevou os custos-Brasil, etc. Enfim, o tempo foi cruel: estabeleceu-se a necessidade de revisar o pacto instaurado. Um pacto que desabou sobre o Brasil, com um vendaval menos feroz do que o da Argentina. E o núcleo central da crise da estratégia do empresariado brasileiro e do Governo Fernando Henrique, não resta a menor dúvida, concentrou-se na **abdicação do**

investimento, de tal modo que a economia ficou inteiramente dependente do capital internacional. E não há segredos, este, quando opta por fazer as suas inversões e os seus reinvestimentos, decide em função das múltiplas possibilidades dinâmicas que tem no mundo inteiro. A trajetória brasileira não chegava a ser um estímulo, basta ver a taxa de investimento como percentual do PIB.

2.2 - Enfim, a luminosa idéia da autonomia

Diante da crise reiterativa permanente, a eleição de 2002 trouxe, como motivação básica para grande parte das frações do capital e da totalidade da população, a necessidade de retomada da autonomia nacional. Essa questão suprema se poderia conceber, rigorosamente, deste modo: de um lado, há que manter a posição de aliado estratégico e geopolítico dos Estados Unidos, mas, de outro, tratar tanto de recusar o quase inconcebível alinhamento automático que eles propõem quanto de romper com as impróprias idéias norte-americanas sobre a economia brasileira (desde a subordinação ao FMI e o gerenciamento e a amplitude da política econômica até as soluções já prontas para a instalação da ALCA e seus problemas: serviços, compras governamentais, produção agrícola, etc.). Naturalmente, os objetivos da autonomia almejada seriam a criação de condições para o estabelecimento de uma nova posição do Brasil no mundo e para o surgimento do esperado e desejado desenvolvimento (porém com um substancial acréscimo: que não fosse somente econômico, mas também social).

O quadro vigente no final do Governo FHC, semelhante a uma árvore desgredada, aparecia como um espectro para a sociedade brasileira. Seu rosto tinha diversas formas, todas soturnas e algumas imaginárias. Estas chegavam a ser vislumbradas no horizonte histórico como situações limites, seja sob a figura da desintegração nacional, seja sob o emblema de uma intolerável anexação à economia dos Estados Unidos. Tendo consciência desses fantasmas e procurando eliminá-los, as diversas camadas da sociedade brasileira trabalharam para consolidar, social e politicamente, uma proposta de autonomia, expressando-a, efetivamente, na vitória eleitoral da oposição. Cabe ter bem presentes as dimensões dessa proposta e seus dois aspectos: a autonomia política do Brasil diante da potência líder e a autonomia para construir o seu desenvolvimento econômico e social. A primeira tocando, prioritariamente, o lado exterior brasileiro, e a segunda, o lado mais embaraçado, o das forças atuantes no setor interno. Na boa análise, a separação é só do método de expor, pois a autonomia engloba, numa interação circular, os dois pólos em exame.

Essa idéia de autonomia, vinda das urnas, representou uma nova orientação para o País. De saída, exigia uma tomada de posição imediata, logo depois das eleições, com a notória tarefa de transformar a imagem da política externa de Fernando Henrique, cuja estratégia se baseava numa integração passiva na mundialização. Bastou, efetivamente, ao novo Governo enunciar e agir, pragmaticamente, segundo a ordem dos eventos, para alimentar, com astúcia, uma política mais arejada, mais ativa e mais nacional. Afirmava um objetivo de autonomia relativa, onde ficasse marcada, e se possível firmemente, a posição de aliado dos Estados Unidos, mas não necessariamente atuando em prol da globalização norte-americana, inclusive do jeito que eles gostariam que fizéssemos. Acima de tudo, era de bom tom salientar a oposição ao seu liberalismo da força, essa ameaça visível do início do século XXI. Como dissemos, os primeiros movimentos após a posse do Governo seguiram, enfaticamente, esses propósitos e desdobraram-se, como uma continuidade do axioma da autonomia no campo externo, em múltiplos acontecimentos: a proposta pela paz no Iraque, a postura favorável ao multilateralismo na defesa do papel da ONU, o apoio indiscutível ao Tribunal Penal Internacional, a busca de um clube de amigos para tentar solucionar a crise da Venezuela, etc. Além desses episódios, outros começaram a ser desenvolvidos, como o inventivo “G-3 do Sul”, articulando Brasil, África do Sul e Índia; como a idéia de provocar uma dinâmica Sul-Sul, incluindo a Ásia; e como encontrar soluções para uma aproximação maior com a Europa. Não podemos deixar de levar em conta uma relação diplomática de maior amplitude com a União Soviética, como uma jogada de mais longa expectativa, que pode até permitir a geração de frutos preciosos. Enfim, não resta dúvida, a luminosa idéia de autonomia está sendo posta em prática na política externa, o que equivale a dizer que o País busca encontrar o seu perfil de *global player*, mesmo que seja de estatura pequena ou mediana. E todas essas atitudes e essas idéias, um novo conjunto de atos, se gestaram sem que o País deixasse de apoiar seu principal aliado geopolítico, podendo-se concluir que, até o momento, a citada política externa brasileira vem sendo trabalhada dentro do que foi a decisão nacional das eleições.

2.2.1 - O pecado mora na questão interna

O êxito da posição do Brasil no campo externo, que tem dado resultados e recebido elogios internacionais, não oculta as dificuldades da organização da política e da economia no plano interno. É preciso examiná-las amplamente, uma vez que a idéia de autonomia relativa tem como alvo e como rota principal a realização de um projeto de desenvolvimento econômico independente, posto, novamente, para a nação desejante, como uma figura essencial. Isso significa

dizer que a economia deveria atacar de modo explícito, de frente, olho no olho, suas questões candentes: os investimentos nacional e estrangeiro, o papel do Estado, as duas dívidas — interna e externa —, o financiamento público, o controle do balanço de pagamentos em todos os seus itens, o superávit primário, a reforma tributária, o desemprego, a legislação do trabalho, a previdência pública e a privada, a distribuição da renda, o desenvolvimento tecnológico, o atendimento das amplas reivindicações sociais, etc. Uma agenda próxima do absolutamente excessivo. Do ponto de vista do Governo, a inteligência recomendaria a proposição e a seleção de uma estratégia clara, nítida, definida e hierarquizada desde logo e que tivesse um efeito de comunicação imediato, de tal modo que a nação, iluminada, apreendesse, quase instantaneamente, a direção e o sentido do percurso da economia e da sociedade.

2.2.1.1 - Da aliança não nasce o pacto

O jogo político é uma dança de passos complexos e surpreendentes, sobretudo quando o Governo está decidindo, na aurora de sua instalação, as duras questões do campo econômico. Não nos esqueçamos: uma coisa é ganhar a eleição, e outra, governar. O fantasma de uma administração decadente, como parecia ser a de FHC no seu final, foi o móvel e o chamariz da mudança. Para o consolo dos conservadores, nem mesmo os banqueiros, armados de flexibilidade, estavam apegados ao Governo que saía. Assim, quando temos um novo poder constituído, a arena da política altera-se. Uma coisa são os apoios eleitorais, outra é a gestão de uma nova realidade. Para aqueles apoios, bastava uma aliança; para esta gestão, a exigência de um pacto. Todo o trabalho do Governo que estava entrando, salpicado de esperanças e dúvidas, residia na construção da **passagem da aliança para pacto**. Completamente fácil de propor, extremamente difícil de realizar. Fazia-se evidente e escaldante a fratura exposta do problema.

A aliança serviu para dar um passo à frente, clarificou o rumo das eleições, mas teve e tem um caráter mais tático do que estratégico, na razoável percepção de que ela é instável por natureza. A sua validade pode ser indeterminada e fugaz, e a adesão aos seus propósitos talvez não seja a mesma para todos. Já um pacto postula um contínuo e uníssono trabalhar para o mesmo objetivo. No nosso caso, a opção deveria ser por um determinado tipo de enlace num visionado projeto econômico e social. Que todos queriam alterar o rumo da carruagem nenhum passageiro duvidava. Ficou claro que havia e há um ponto comum, a política externa, mas esse acordo não se estendeu para o revoltoso mar da política e da economia nacional. Aqui não resta dúvida, **não há possibilidade nenhuma de pacto político**. Os interesses são múltiplos e agressivamente

independentes, com amplas zonas de divergências. O que dizer disso? A estratégia geral está cuidadosamente definida: um reluzente projeto de autonomia. Na primeira soberania pretendida, soberania da política externa, já dissemos, tudo bem. No sonho do fortalecimento e do desenvolvimento da economia brasileira — distanciando-a, autonomizando-a, pelo menos em parte, da globalização —, o jogo se complica, e há caminhos diferentes e discordâncias sérias. As propostas não encontrariam acolhida unânime. E o acordo enfrentaria muitos embaraços, já que as escolhas poderiam chocar-se com interesses de uma ou outra fração participante da aliança. E cada força que diverge — o setor bancário por exemplo —, para preservar a sua tendência, as suas conquistas, os seus futuros, culmina por não pactuar, promovendo, com grande repercussão, uma diferença perturbante, um furo no coração do pacto...

2.2.1.2 - De como as finanças se valeram da aliança

Os interesses dos grupos sociais materializam-se em torno, no campo do Estado, de políticas, ministérios, órgãos decisórios, etc., de tal modo que o discurso mais geral, o projeto de desenvolvimento, no caso, pode ser desviado, contornado, bloqueado por ações concretas de decisões estatais. Ou seja, quando a aliança triunfa, cargos são distribuídos, e a plasticidade do capital financeiro recolhe um ponto-chave: as políticas monetária, fiscal, financeira e cambial do País. Como foi possível essa colheita? Como foi possível essa astúcia? Em primeiro lugar, a política de FHC esteve, todo o tempo, conjugada com as orientações do FMI. Este tinha sitiado, desde o princípio do Plano Real, a nossa política econômica global, transformando-a em política de curto prazo. Esse é um fato histórico e estrutural. Em segundo lugar, como o encerramento do Governo que terminou em 2002 foi uma desagregação incontornável, visto a forte especulação com o dólar, a interrupção das linhas de créditos dos bancos internacionais, a subida intensa e ameaçante da inflação, a desconsideração do Brasil como área do investimento estrangeiro, o prolongado clima de crise mesmo com a vitória de Lula, fazia-se necessário, no princípio do novo Governo, que a política econômica de curto prazo de Fernando Henrique fosse retomada, controlada e reposta para dar equilíbrio à economia brasileira.

Retornou-se, dessa forma, à política pura e simples da estabilidade, sem qualquer encaminhamento das questões do desenvolvimento econômico e social (salvo o lançamento solitário do programa Fome Zero). E foi nessa ausência, um tanto melancólica, de qualquer sinalização do desenvolvimento, que o Governo Lula, na sua necessidade de estancar a crise, caiu na armadilha. Com essa postura, consolidou dois pontos fundamentais para o capital financeiro: a articulação do Banco Central com o FMI e a gerência da Fazenda em torno da política

do imediato. Essa dupla consolidação significa que o enlace das finanças privadas internacionais e nacionais não foi nem diminuído, nem desfeito, ao contrário, aumentou. E mais, deu margem à consecução de uma manobra extraordinária sobre a aliança, pois, ao se encastelarem no Bacen e no Ministério da Fazenda, impuseram a todo o resto do Governo a continuação das diretrizes fundamentais da antiga administração de Fernando Henrique. Foi por seguir a mesma trilha econômica que a aliança começou a não ser pacto e que o projeto de autonomia isolou a política externa da política e da economia interna, na própria montagem do Governo.

Aconteceu, então, o retorno de uma política que podemos chamar, um pouco à maneira de Keynes, de “armadilha da estabilidade”. Essa armadilha se caracteriza pelo fato de a economia encontrar um antídoto antiinflacionário, mas, ao mesmo tempo, não conseguir libertar-se dele, para seguir o rumo mais que desejável, depois de tantos anos, do desenvolvimento. A armadilha da estabilidade é o resultado de uma concepção vitoriosa de política econômica, cuja origem está no próprio setor das finanças. O longo prazo para essa concepção neoliberal não surge de uma visão e de uma ação macroeconômica; a política industrial e suas derivações tecnológicas, comerciais e de emprego são consequência, como efeito acumulado, de decisões microeconômicas. Um nível distinto do primeiro, portanto e por tal razão, o Estado abdica de fazer política global. Logo, ao conservar o núcleo econômico do Governo, as finanças mantiveram a mesma postura — e até com mais sal — dessa política econômica e do governo de FHC, buscando, mangas arregaçadas, o combate ao dragão inflacionário e relançar a caça às rendas no mercado financeiro.

Assim, é preciso dizer, sem mais demora, que essa política se instala como estrutural, já que em si o capital financeiro não é contra o capital produtivo, só não faz nenhuma batalha para acoplar, junto da gestão de curto prazo, medidas que incentivem o investimento industrial. A razão é que as finanças gravitam em volta das rendas especulativas, e os lucros oriundos da produção não são o seu objetivo prioritário. Se estes existirem, ótimo, e que bom se entrarem no circuito financeiro, mas não é preciso perder o sono com os problemas das indústrias — e muito menos com o tema do emprego. Os títulos do Governo são o seu negócio mais apetitoso. Daí o desespero do setor industrial diante da administração de curto prazo no Brasil, uma vez que, para travar a inflação, deixando o dólar livre, é necessário controlar, pela subida a um patamar fortemente elevado e por tempo bastante longo, a taxa básica de juros. O capital flui para os mercados financeiros, daqui ou de fora, e o investimento na produção fica paralisado como um avião à espera da autorização da torre de controle.

Ou seja, o Estado intervém para manter a estabilidade. E a estabilidade serve a todos os grupos sociais, mas tem uma cor mais acentuada de

favorecimento aos grupos financeiros. Dito de outra forma, a inflação é o elemento desorganizador e desestruturante numa economia globalizada, e torna-se indispensável controlá-la, mas o controle irracional (!) pela taxa de juros provoca um rumo forte à recessão. Irracional sim, pois, para uma economia que quer desenvolver-se, usar um controle que detém, por longos anos, a ascensão do desenvolvimento não pode ser classificado de outra forma. A armadilha da estabilidade interdita o retorno do investimento, mas não desarma os avanços das finanças privadas. É, aliás, um dos seus pontos de alavancagem, principalmente pela tranquilidade do ambiente de negócios (não confundir com ambiente social).

2.2.1.3 - A saudade imensa do investimento autônomo

Estamos tratando da fratura do pacto. É uma fratura que reproduz a estrutura da atual política econômica. De um lado, o curto prazo; de outro, o longo. De um lado, a política macroeconômica reduzida; de outro, a política microeconômica das empresas. O que isso marca é, sem dúvida, a excelsa importância que tinha o investimento autônomo do Estado, a tal ponto que o aprisionamento deste pelas dívidas internas e externas, a necessidade do superávit fiscal e a liquidação das estatais pela privatização tornaram o investimento uma variável quase externa, uma variável que fica na dependência das multinacionais. E as multinacionais, obviamente, são pressionadas, pela dinâmica interna brasileira, a fazer investimentos. Porém esses investimentos (e mesmo o funcionamento dessas empresas) dependem de outras dinâmicas, onde essas corporações estão imersas. É a dinâmica internacional que acelera, estaciona ou atrasa a dinâmica nos países. Aqui está o fulcro da questão, cuja origem se ancora na abdicação do investimento autônomo brasileiro, aquele feito pelo Estado, que liderava a expansão de nossa economia, supresso, com as privatizações, pelo Governo Fernando Henrique. Com isso, sem objetivo de recuperar esse tipo de investimento, a aliança fica dependente, estruturalmente, do doce embalo da política de curto prazo, uma vez que as emoções do longo continuam como um projeto microeconômico das empresas estrangeiras. Assim, os industriais brasileiros e os trabalhadores nacionais, com as suas buscas de lucro e de emprego, passam a ser totalmente dominados, política e economicamente.

O importante, nesse processo, é verificar que o acordo político, sendo uma aliança e não um pacto, **passa a ser gerido pela estrutura**, o que favorece, de forma aguda, os interesses das finanças privadas, em consonância com o fenômeno da “armadilha da estabilidade”. Dessa forma, o resultado é uma fragmentação da unidade política, dado que, na aliança — uma aliança de ocasiões —, os interesses continuam particulares, e não há, necessariamente,

te, um objetivo permanente acima destes que os limite. Nela, e sobretudo naquela concretizada no Brasil, sobressai, com galhardia, o caráter temporal, eventual e, muitas vezes, pontual das concordâncias. Parece que o projeto de autonomia está se desdobrando satisfatoriamente no *front* externo. Todavia, no interno, na condução econômica, as finanças capturaram, para si, os primeiros movimentos da política econômica, desconcertando as demais forças sociais do País.

Dessa forma, a aliança não se tornando pacto, o projeto de desenvolvimento econômico e social brota como sendo imaginário e sem construção efetiva. Restam grupos soltos, avulsos e errantes, as finanças, os industriais, os comerciantes, os empresários agrícolas, os trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais, os desempregados, os sem-teto, os sem-terra, etc., mas dominados estruturalmente pelas finanças. Com isso, a realidade torna-se fragmentada, a unidade perde-se e as tensões do todo não são bloqueadas, ao contrário, exacerbam-se.

3 - O jogo do capital financeiro e do Governo

A face oculta da realidade brasileira, presente nos primeiros meses da nova administração do País, compunha-se de duas cabeças, como um cão que as tivesse, ambas poderosas, latindo e mordendo a população e o governo. A cabeça que ladra mais alto, a cabeça número um, poderíamos chamá-la de financeira, se instalou como uma estrutura, impondo uma solução a que demos o nome de “armadilha da estabilidade”. Damos esse nome por causa da sua obstrução ao desenvolvimento econômico e social. A segunda cabeça, um tanto autofágica, talvez seja uma cabeça sem realidade, seria a teoria do desenvolvimento em tempos de globalização. Pois é essa teoria que está perigosamente ausente na hora do Governo Lula (Sader, 2003).

A combinação das duas cabeças levou-nos a um vazio, a um buraco, cuja verdade foi o bloqueio do desenvolvimento. Não se deu a passagem do curto ao longo prazo, porque essa passagem, como a correnteza de um rio voluptuoso, teria que avançar pela zona do investimento. Mas, no que toca à inversão, ela continua a ser, desde os tempos de FHC, uma variável que não decola, nem se fortalece. Como já explicamos, a conexão em pauta é praticamente impossível de ser feita pelo capital estrangeiro, cujas opções são, basicamente, em torno de aplicações financeiras. Como, nessa realidade, o Governo não teve a possibilidade de uma ação para incentivar o aumento da capacidade de investir da economia, a sua preocupação voltou-se para os problemas da governabilidade nacional. O assunto veio como uma chuva impertinente, tratando dos contratem-

pos de caixa dos estados, embora as reformas aparentemente fossem outras, a da previdência e a tributária.

Não examinaremos em detalhe essas duas reformas, mas o que se apreende do ponto de vista político, da grande política, é que o Governo, não podendo investir e se dedicando a batalhas parlamentares pelas causas assinaladas, acabou por se enganar e desviar-se do alvo principal, a profundidade dos estragos do capital financeiro. Os danos não eram apenas uma questão de postura de política econômica, mas um câncer que estava (e está) ramificado em toda a estrutura do Estado. Portanto, não é somente um problema de formulação de política econômica, passa também pelas instituições, pela burocracia, pela própria federação política brasileira, desde o Governo Central até os governos dos estados. Uma estrutura que avançou para apropriar-se dos pilares estatais e que, ao mesmo tempo, subjugou, econômica e politicamente, outros atores sociais, como o capital produtivo, o capital comercial, os trabalhadores, etc.

Nesse momento, a questão do futuro da dominância do capital financeiro põe-se com toda força e esclarece-se da seguinte maneira: de um lado, as finanças têm na mão o aprisionamento do Estado, com o problema de que o Governo eleito veio pela esquerda; e, de outro, a sua participação na renda cresce espetacularmente, sem que ocorra o mesmo com as outras frações do capital. Há, todavia, um terceiro lado: o desemprego, a miséria e a exclusão social também evoluíram de forma intensa, contribuindo para fazer crescer a instabilidade e as tensões da sociedade brasileira. Esse quadro revela, sem dúvida, um momento grave, pois o jogo capital financeiro e Governo, de agora em diante, abarcará o centro dos conflitos, embora tudo pareça o contrário. No entanto, o que corre solto na esplanada da economia e da política é que as finanças estão jogando de mão.

Quais são as razões dessa vantagem? Em primeiro lugar, o seu domínio estrutural, já comentado. Em segundo, porque o Governo e a sociedade não têm uma teoria e, conseqüentemente, um projeto de desenvolvimento para a hora atual. Em terceiro lugar, os demais capitais, embora estejam submetidos às finanças, não se aliarão aos trabalhadores e aos movimentos sociais, nem ao Governo de esquerda, para enfrentá-las. Em quarto lugar, porque todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal) estão trabalhando, numa aliança parlamentar, para efetuar reformas que sustentem a viabilidade de um governo e de um Estado cercado pelas ditas finanças, mas que, no fundo, também serão beneficiadas de uma forma ou de outra.

Agora, focalizando o Governo, em face desses argumentos, devemos inquirir quais são as armas que ele possui, quais as lanças que pretende empregar? Quando se consideram as suas possibilidades, sem que fiquemos envolvidos na questão parlamentar e na política partidária (importantes, mas que não são o

nosso nível de exame), localizamos alguns pontos básicos, que passamos a expor. O primeiro e maior destaque já apontamos: a decisiva manobra da política externa, que permitirá, inclusive, evitar ataques fortíssimos do capital estrangeiro através, por exemplo, da ALCA, da OMC, etc. Isso significa parar o grau de infiltração e hemorragia que o Estado e a sociedade sofreram todos esses anos, o que só aumentaria com concessões do tipo compras governamentais, garantia de investimentos, etc. Em segundo lugar, a desvinculação brasileira das políticas do FMI. O que não significa cortar o diálogo e as relações, mas, sobretudo, evitar que as nossas definições de política econômica venham de fora. Cabe ainda frisar, como tópico principal deste ponto, a necessidade de buscar anular os constrangimentos externos, expressos no balanço de pagamentos, através das transações correntes, e na questão fiscal, por intermédio do superávit primário. Em terceiro lugar, o funcionamento político e econômico do Mercosul, com ampliações para outras nações do continente sul-americano. Um das marcas fundamentais talvez seja um projeto de investimentos em infra-estrutura, articulando países, capitais, trabalhadores e mesmo organismos internacionais. Em quarto lugar, o conhecimento e o estudo das infiltrações institucionais e burocráticas, as formas de privatização do Estado, empregadas pelas finanças, para que se possa reconverter o setor público ao serviço da sociedade, de fato, de toda a sociedade. Em quinto lugar, o comprometimento do Governo com o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, para que a realidade se modifique e se transforme, é indispensável constituir uma teoria e um projeto de desenvolvimento econômico e social em toda a sua amplitude, seja no caso da manutenção da globalização liberal, seja na hipótese de uma outra globalização. As instituições do Governo e o setor privado podem contribuir para a construção dessa teoria no caminho de uma verdadeira autonomia. Em sexto lugar, a percepção de que a ideologia não é um fator a ser desprezado. Ao contrário, ele é substancial e em todos os níveis: econômicos, políticos, sociais, culturais, etc. Um dos aspectos mais candentes atravessa a luta contra a legitimação da financeirização do Estado. O tema do bem comum torna-se cada vez mais imperioso, retomando uma causa decisiva em prol do relançamento da civilização em tempos de violência e barbárie.

Finalmente, é preciso fazer um parágrafo para tentar descortinar um novo passo na estratégia brasileira. O projeto de autonomia teria que encampar um giro de estratégia. De um modo geral, o que se poderia conceber como um gesto normal do interesse nacional seria a articulação de um projeto de desenvolvimento que caminhasse em paralelo ao projeto de autonomia na política externa. Porém, com a implantação de profundas raízes do capital financeiro no interior do Estado, o projeto talvez tenha que fazer uma curva e tomar corpo a partir exatamente dessa política externa, onde os caminhos podem ser mais flexíveis,

dadas as resistências inúmeras à soberania absoluta dos norte-americanos, bem como as dificuldades notórias da economia dos Estados Unidos. Uma ação pragmática e vigorosa nesse espaço, com objetivos estratégicos bem definidos, poderia fornecer o tempo indispensável para recuperar, canalizar e concentrar forças no interior do País. Em todo caso, a estratégia exige que as manobras do Governo no campo parlamentar sejam eficazes e não desperdicem aliados, partidários e não partidários. Porém, se o Governo não tiver clareza do seu destino, da sua trajetória, das suas tarefas, esse lance será inútil, já que se arrisca a ceder a almejada política de autonomia para ficar reduzido à darwiniana política do poder pelo poder. O que será, sem dúvida, um triunfo das finanças.

Conclusão

Uma análise no sopro dos acontecimentos está sempre envolta em nuvens e véus e cortinas, porque não há distância, muitas vezes, para se ver o contorno dos objetos. Em política e economia, os encobrimentos são amplos e, de certo modo, tenazes. Assim, interpretar os fatos, dar sentido a eles, descortinar as tendências que estão ali embutidas é uma arte que depende de intuições corretas e de teorias, que vão se fazendo junto com a realidade, saberem encontrar a corrente dos acontecimentos. A política e a economia envolvem, inclusive, confrontos e contradições de alto porte, onde certos combates, certas lutas, certos lances, certas manobras não ficam explícitas, e só se percebe, muito tempo depois, que foram armadas e realizadas. O disfarce e a máscara fazem parte do jogo.

A nossa conclusão é simples: o movimento que surgiu com a eleição de 2002 trouxe um processo novo, onde o Brasil tenta retomar a sua busca de autonomia, só que essa trajetória é feita em dois grandes planos, a autonomia da política externa e o desenvolvimento econômico, social e cultural (embora estejam, no real, intimamente ligados). E podemos constatar que existe uma enorme clareza no primeiro ponto, mas que, no segundo, os mecanismos de controle e de enraizamento das finanças internacionais, com cumplicidade das nacionais, preponderam, e continuam mantidos, ao par, com a ausência de um projeto de desenvolvimento atual, no qual se leve em consideração o fenômeno presente da globalização. Se nos detivermos um pouco nas dimensões contemporâneas da atual fase histórica, podemos sentir que esse projeto de autonomia pode ter o comando invertido. O Brasil pode, com habilidade e o acaso igualmente o favorecendo, encontrar o projeto de desenvolvimento originário de uma bela perspectiva vinda da política externa. Ou seja, o itinerário seria do exterior para o interior. Claro, nesse panorama, avulta a ambição de hiperpotência

dos Estados Unidos, onde vige também uma crise econômica respeitável. A mensagem subterrânea deste texto assevera que não é possível entender os contornos do Brasil sem os modos políticos e econômicos do capital financeiro e da soberania norte-americana. E é na forma de lidar com esses pontos que se joga o futuro do Brasil. A realidade, no entanto, é sempre ambígua, e projetamos nela os nossos desejos e os nossos projetos. Mas ela é enganadora e cruel como se fosse uma raposa, e é nela que o novo Governo baseia a sua interpretação, aliás como todos os atores sociais, incluindo o capital financeiro. O mundo político e econômico e social decide-se sempre numa relação de forças, onde a astúcia, o conhecimento e as apostas se fazem na racionalidade e nas obscuridades do jogo.

Referências

- CARNEIRO, Ricardo. **O desenvolvimento em crise**. São Paulo: UNESPE/IE/UNICAMP, 2002.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Neolibéralisme, néomilitarisme. **Actuel Marx**, Paris: PUF, n. 33, 2003.
- MARGEM esquerda: ensaios marxistas, A. São Paulo: Boitempo, n. 1, 2002.
- POLITICA EXTERNA. São Paulo: Paz e Terra, v. 12, n.1, jun./ago. 2003.
- SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SOUZA, Enéas de. O fruto dourado das finanças. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 9, n. 9, dez. 1999.
- SOUZA, Enéas de. Passageiros para o amanhã. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 9, n. 5, ago. 1999.
- SOUZA, Enéas de. As cinzas e as brasas de um sonho. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 10, n.1, 2000.
- SOUZA, Enéas de. O salto do tigre. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 10, n. 2, 2000.
- SOUZA, Enéas de. **Onde começa o império**. (a ser publicado na revista Ensaio FEE, v. 24, n. 2, 2003).